



163

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0260984-3

APELANTE: Município de Belo Jardim

APELADAS: Maria do Carmo de Lima Mariano e Outras

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. PROVENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PASSAGEM PARA A INATIVIDADE ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DAS EMENDAS DE REFORMA PREVIDENCIÁRIA. PROVENTOS QUE GOZAM DA GARANTIA DA PARIDADE. 1. Rejeitadas as arguições de ausência de documento essencial à propositura do feito e de ofensa à garantia ao contraditório, de vez que o conjunto probatório dos autos permite o regular deslinde do feito, e, bem assim, porque os documentos carreados aos autos pelas apeladas após as alegações finais são as Leis Municipais de nº 1.476/2001 e 1.527/2002, que concederam reajustes aos professores municipais, atos públicos, devidamente sancionados e expedidos pelo Chefe do Executivo Municipal. 2. Afastadas as arguições de sentença *extra petita* e de inadequação da via eleita, visto que a sentença apreciou a lide nos termos em que proposta. 3. As autoras/apeladas, professoras inativas do Município de Belo Jardim, passaram à inatividade antes da Emenda Constitucional nº 20/1998, pelo que seus proventos gozam da garantia da paridade, tal como posta na redação original do art. 40, § 4º, da Constituição Federal. 4. Nesse contexto fazem jus aos reajustes concedidos aos professores da Rede Municipal de Ensino pelas Leis Municipais nº 1.476/2001 e nº 1.527/2002. 5. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o voluntário, apenas para julgar improcedente o feito relativamente à apelada Quitéria Maria da Silva, posto que a Portaria nº 244/98 consigna que a mesma foi aposentada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, não fazendo jus ao reajuste pleiteado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0260984-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0260984-3

APELANTE: Município de Belo Jardim

APELADAS: Maria do Carmo de Lima Mariano e Outras

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Belo Jardim, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado nos autos da ação ordinária nº 0000464-07.2002.8.17.0260, assegurando que os proventos das apeladas sejam reajustados na mesma proporção em que foram reajustados os vencimentos dos professores em atividade nos anos de 2001 e 2002, com repercussão nos 13º salários, e, bem assim, assegurando o recebimento dos atrasados. (fls. 113/116).

O apelante formulou as seguintes **razões** de apelo (fls. 122/126): (i) **preliminarmente**: (a) pugna pela extinção do feito sem resolução de mérito por ausência de documento essencial; (b) nulidade do processo por ofensa ao princípio do contraditório, de vez que as apeladas carregaram os documentos de fls. 109/112, essenciais para a propositura do feito, após as alegações finais, documentos esses que serviram de base para a prolação da sentença, sem que tenha sido aberto prazo para impugnação; (c) a sentença é *extra petita*, posto haver assegurado a incorporação dos reajustes aos proventos das apelantes, ao passo que o pedido formulado na inicial apenas compreendia os valores atrasados; (d) carência de ação por inadequação da via eleita, que se resumia à cobrança de atrasados; (ii) no mérito pugna pela improcedência do pleito autoral, ao argumento de que algumas das autoras, ora apeladas, já recebiam acima do mínimo, e, dessa sorte, não fariam jus aos reajustes pleiteados.

As apeladas apresentaram as **contra-razões** de fls. 139/141, pugnando pela manutenção da sentença.

A douta Procuradoria de Justiça declinou de sua participação no feito. (fls. 155/156).

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 20 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

164
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0260984-3

APELANTE: Município de Belo Jardim

APELADAS: Maria do Carmo de Lima Mariano e Outras

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Rejeito, de proêmio, as arguições de ausência de documento essencial à propositura do feito e ofensa à garantia ao contraditório, de vez que o conjunto probatório dos autos permite o regular deslinde do feito, e, bem assim, porque os documentos carreados aos autos pelas apeladas após as alegações finais (fls. 111 e 112) são as Leis Municipais de nº 1.476/2001 e 1.527/2002, que concederam reajustes aos professores municipais, atos públicos, devidamente sancionados e expedidos pelo Chefe do Executivo Municipal.

Registro, na seqüência, que o pedido autoral foi formulado nos seguintes termos:

Pagamento dos reajustes concedidos aos servidores da ativa no importe de 20% e 15% nos anos de 2001 e 2002 respectivamente, com repercussões em 13º salários e férias + 1/3, com a tutela antecipada. (fls. 04).

Observe, no ponto, que dito pedido, analisado conjuntamente com os demais termos da exordial, compreende não apenas a cobrança dos valores atrasados, mas também a incorporação de ditos reajustes a seus proventos.

Nesse contexto, é de se concluir que a sentença apreciou a lide nos termos em que proposta, pelo que afasto as arguições de sentença *extra petita* e de inadequação da via eleita.

Pois bem.

Passando a análise de mérito, observe que as autoras/apeladas, professoras inativas do Município de Belo Jardim, passaram à inatividade antes da Emenda Constitucional nº 20/1998, conforme se observa às fls. 06, 09, 15, 21, 25, 28, 32, 37, 42, 47, 50, 54, 61, 65, 67, 71, 73, 79 e 81.

Seus proventos gozam, pois, das garantias da integralidade e da paridade, tais como postas na redação original do art. 40, § 4º, da Constituição Federal:

§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Consta também dos autos a Lei Municipal nº 1.476/2001, que concedeu o reajuste salarial aos professores da rede municipal, nos seguintes termos (fls. 111):

Art. 1º - Autoriza a concessão de reajuste salarial aos Professores da Rede Municipal de Ensino, no seguinte índice:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

165
e

I - 20% (vinte por cento) sobre os salários atuais;

Na sequência, observo a existência da Lei Municipal nº 1.527/2002, dispondo (fls. 112):

Art. 1º - Autoriza a concessão de reajuste salarial aos Professores da Rede Municipal de Ensino, no seguinte índice:

I - 15% (quinze por cento) sobre os salários atuais;

Nesse contexto, é de se reconhecer o acerto da sentença recorrida, posto que os proventos das apeladas gozam das garantias da integralidade e paridade.

Colaciono, no ponto, o seguinte aresto da Corte Excelsa:

PROVENTOS DA APOSENTADORIA - VANTAGEM OUTORGADA AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. Uma vez constatado o caráter geral de certa vantagem outorgada aos servidores em atividade, a extensão aos inativos decorre, sem necessidade de lei específica, do disposto no § 8º do artigo 40 da Carta Política da República (AI 429052 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Relator(a) p/ Acórdão: Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 25/10/2005, DJ 17-03-2006 PP-00012 EMENT VOL-02225-04 PP-00789). Destaquei.

Observo, finalmente, que a apelada **Quitéria Maria da Silva** não foi aposentada no cargo de professora, posto que a Portaria nº 244/98 (fls. 25), consigna que a mesma foi aposentada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, não fazendo jus ao reajuste pleiteado.

Com essas razões, **dou provimento parcial** ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, em ordem a julgar improcedente o pedido apenas em relação à apelada **Quitéria Maria da Silva**, mantendo os demais termos da sentença apelada.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator